



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
1º SEMESTRE DE 2013
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	5
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	6
DISPOSIÇÕES LEGAIS	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12

1º SEMESTRE DE 2013**RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

(Conforme Previsto no nº 3 do Artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários as informações financeiras semestrais constantes do presente Relatório não foram sujeitas a auditoria externa ou revisão limitada)

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei imposta às sociedades abertas, apresentamos a V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 30 de Junho de 2013 e o respetivo Anexo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Comimittee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Commitee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Commitee* ("SIC").

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade cotada em Bolsa com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, detido em 50,99% pela Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos S.A. e em 39,4% pela Gestprint – Gestão de Comércio e Indústrias Gráficas e Afins, S.A., estando o restante capital disperso em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. e consequente aumento de capital.

De salientar que das 2 empresas que compõem atualmente o Grupo apenas a Lisgráfica S.A. tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por praticamente 100% da atividade do Grupo.

De recordar que a atividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 02 de Maio de 2008 é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

No quadro das dificuldades financeiras da Lisgráfica, em consequência do comportamento negativo do mercado e face à dificuldade em cumprir os seus compromissos, a empresa requereu, em finais de 2012, a adesão a um Plano Especial de Revitalização, que foi aceite pelo 1º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa.

O objetivo do Plano é o de garantir condições para a sustentabilidade da empresa através da redução do seu Passivo, por acordo com os credores, incluindo Estado, e a implementação de um conjunto de medidas de reestruturação, nomeadamente, ajustamento da capacidade produtiva à menor procura, redução de custos com rendas e redução do número de trabalhadores.

Em 09 de Maio de 2013 o Tribunal do Comércio de Lisboa proferiu o despacho de homologação do Plano de Revitalização, o qual tinha sido aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. A aprovação do PER implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras da empresa quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira e os respectivos impactos estão detalhados no anexo às contas do período.

Para efeitos do fecho destas contas, a empresa reconheceu o efeito da aplicação das medidas aprovadas, com referência à data da homologação do plano, sendo que a certidão de trânsito em julgado deverá ocorrer em data próxima.

Em termos sintéticos o impacto nos resultados, considerando os valores de créditos constantes na Lista de Créditos Provisórios e com efeitos de implementação no mês a seguir à homologação (01 de junho de 2013), é de 52.664 milhares de euros resultante de:

- Perdão de Dívida de credores (bancos e fornecedores) -33.629 milhares de Euros
- Efeito de desconto de atualização dos cash flows do plano de pagamentos – 19.035 milhares de euros dos créditos a liquidar nos termos do PER, utilizando uma taxa de desconto de 11,5%.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 30 de Junho de 2013:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-Dez-1973	Queluz de Baixo	-
Grafilis, Rep. e Artes Gráficas,SA	Composição e Montagem	18-Out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

No segundo trimestre do ano, a economia portuguesa inverteu o ciclo de quedas que se mantinha há 10 trimestres, com o PIB a registar um crescimento de cerca de 1,1% face ao primeiro trimestre de 2013; no entanto, este desempenho, considerado sazonal, é tido sem garantias de continuidade. Para esta inversão foi preponderante o comportamento da procura interna com um contributo positivo de 0,2% e da procura externa que melhorou.

Portugal continua a apresentar um ambiente económico débil, com contínua redução dos gastos e do investimento público, consequência das políticas económicas e fiscais restritivas impostas pelo Governo. No entanto, a evolução da atividade económica no segundo trimestre poderá antecipar que, no segundo semestre, ocorra uma estabilização em termos económicos.

De realçar ainda o sinal positivo dado pelo decréscimo do desemprego, com uma redução de 1,3 % quando comparado com o primeiro trimestre do ano; também neste caso os efeitos resultam da sazonalidade em alguns sectores como sejam turismo e agricultura. No entanto, em anos anteriores, os efeitos da sazonalidade não produziram estes efeitos na taxa de desemprego, o que também pode ser considerado como um indicador da viragem no ciclo económico que se espera ocorra na segunda metade do ano. No final do semestre a taxa de desemprego era de 16,4% contra o recorde de 17,7 % em finais do primeiro trimestre e o desemprego entre os jovens continua a ter um forte impacto no indicador. Os sinais positivos registados no final do semestre não são ainda sustentados de modo a refletir-se positivamente no poder de compra e na confiança dos consumidores, os quais têm vindo a apresentar uma degradação permanente ao longo dos dois últimos anos.

A generalidade das empresas regista quebras significativas na procura e, conseqüentemente, nos níveis de atividade o que levou a que a maioria tenha procurado o reajustamento das suas estruturas produtivas.

As empresas da indústria gráfica não são exceção a esta onda recessiva que tem levado ao encerramento de diversos títulos e à continuada redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas, assim como à diminuição do número de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais. O investimento publicitário, continua a registar um decréscimo sendo que o investimento em imprensa é superior à média global. De referir que esta tendência de retração no investimento publicitário se tem mantido ao longo dos últimos anos.

Apesar dos ajustes na estrutura de custos por parte dos editores, verifica-se o desaparecimento de pequenos editores que se dedicavam a publicações de média circulação, mas cuja estrutura não suportou os necessários ajustamentos, em consequência da redução de investimento publicitário e de vendas de exemplares, tendência, aliás, já evidenciada no ano anterior. De referir ainda a estratégia de encerramento de títulos que foi adotada pelos principais editores.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em anos anteriores, e foi marcada pelos efeitos da retração do investimento publicitário; comparativamente a 2012 e em termos globais, apresenta uma variação negativa nas vendas no semestre de 8 % tendo-se situado próximo dos 10,6 milhões de Euros.

No primeiro semestre de 2013, a atividade foi marcada pela redução significativa do número de trabalhos com incorporação de papel pela empresa. Mantém-se, assim, a tendência de decréscimo verificada no ano transato, a nível do número de trabalhos com serviço de impressão e fornecimento de papel. Aliada a esta alteração no mix dos trabalhos produzidos, de referir também que o número de cadernos impressos foi ligeiramente inferior ao verificado no período anterior.

A variação ocorrida na faturação reflete a alteração de composição de vendas:

- Faturação de serviços impressão e papel – 36,3%
- Faturação apenas de serviços de impressão + 3,1%

A análise por segmento confirma uma quebra generalizada de vendas em todos os segmentos de produtos, consequência da diminuição do nº de páginas e encerramento de alguns títulos. No segmento de Catálogos e Folhetos a conquista de um novo cliente permitiu que a empresa passasse a produzir os folhetos de uma grande cadeia de supermercados; no entanto, a quebra no segmento Catálogos anula este efeito em termos absolutos e percentuais. Nas Listas mantém-se a tendência dos últimos anos, com um decréscimo gradual no nº de páginas e no número de exemplares impressos.

De salientar, no entanto, que no segundo trimestre a variação de faturação total face ao período homólogo é de -5%, quando no primeiro trimestre tinha sido de -11,6%.

Com a atividade mencionada, a empresa manteve o seu parque de máquinas, que é atualmente de 5 máquinas de impressão em rotativa, 3 máquinas de impressão em plana e 15 máquinas de acabamento. A nível de processo produtivo a empresa procedeu, também, ao ajustamento dos horários de funcionamento nas áreas de impressão e acabamento.

A decomposição de vendas no semestre, por tipo de produto, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2013 Acum jun	2012 Acum jun	Var. 12/13 Em €	Var. 12/13 Em %
Revistas	6.714	7.055	-341	-4,8%
Jornais/suplementos	1.813	2.008	-195	-9,7%
Catálogos e Folhetos	1.471	1.719	-248	-14,4%
Listas	287	298	-11	-3,7%
Outros	285	464	-179	-38,6%
TOTAL	10.570	11.544	-974	-8,4%

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período em análise:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 30/Junho - 2013/2012

DESCRIÇÃO	2013		2012		Var. 12/13	Var. 12/13
<i>(Valores em Milhares de Euros)</i>					em €	em %
Vendas	10.570	95%	11.544	94%	-974	-8,4%
Outros Proveitos Operacionais	507	5%	678	6%	-171	-25,2%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	11.077		12.222		-1.145	-9,4%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	3.136	28%	3.899	32%	-763	-19,6%
Fornecimentos e S. Externos	2.948	27%	3.288	27%	-340	-10,3%
Custos Com Pessoal	4.225	38%	3.954	32%	271	6,9%
Amortizações e Ajustamentos	1.902	17%	2.333	19%	-431	-18,5%
Perdas de Imparidade	-5	0%	0	0%	-5	#DIV/0!
Outros Custos Operacionais	114	1%	301	2%	-187	-62,1%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	12.320		13.775		-1.455	-10,6%
RESULTADO CORRENTE - €	-1.243		-1.553		310	20,0%
RESULTADO CORRENTE - %	-11,2%		-12,7%		1,5%	11,7%
Out. Proveitos + Out. Custos (PER)	16.719		0		0,0%	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL - €	15.476		-1.553		17.029	-1096,5%
EBITDA - €	654		780		-126	-16,2%
EBITDA - %	5,9%		6,4%		-0,5%	-7,5%

EBITDA = Result. Corrente+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade
+ Impariades Outros Créditos + Outros Custos Não Correntes

Os Proveitos Correntes no semestre ultrapassam 11 milhões de Euros, dos quais 95% provêm diretamente das vendas e serviços prestados e 5% de outros proveitos operacionais. Face ao período homólogo a variação é de -9,4%, e resulta essencialmente da variação no mix de produtos faturados pela empresa, aliado à redução do número de trabalhos impressos.

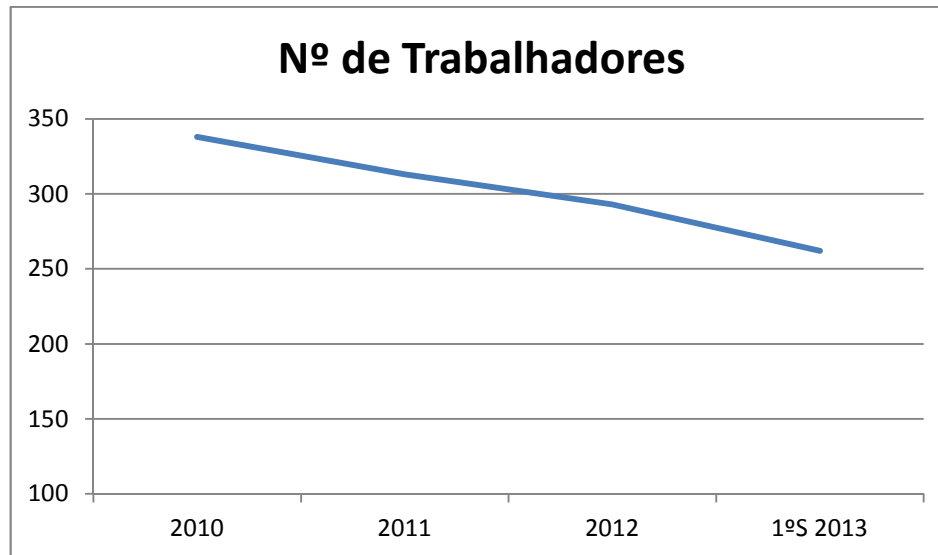
Analisando em detalhe a evolução dos custos correntes, é de referir:

- na rubrica CMVC a redução de 19,6% resulta essencialmente da alteração do mix de faturação, de que se destaca o menor consumo de Papel, cuja variação foi de -32%. Os restantes custos que compõem esta rubrica estão em linha com a evolução da atividade;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a redução de 10,3% resulta da evolução conjugada de vários fatores, entre eles, a redução de 27% no custo de rendas de instalações (consequência da alteração no contrato das instalações de Queluz de Baixo), a redução de 27,5% no custo com Conservação e Reparação e redução de 14,6% nos custos com Subcontratos de Impressão e Acabamento;

- quanto aos Custos com Pessoal a variação registada de 6,9% é o resultado do impacto dos custos com rescisões de contratos ocorridas no segundo trimestre no

total de 841 milhares de euros. Se expurgarmos este montante, a redução de custos com pessoal, no semestre, é de 14,4%, o equivalente a uma poupança de 570 milhares de euros. No final do semestre a empresa tinha 262 trabalhadores (no final do ano anterior eram 293 trabalhadores);



- as Amortizações e Ajustamentos apresentam um decréscimo de 18,5% devido à diminuição de custos com depreciações de bens do ativo que terminaram o seu período de vida útil no ano anterior;

- nos Outros Proveitos + Outros Custos (PER) estão considerados 6.997 milhares de euros de perdão de dívida de fornecedores e leasings, 10.735 milhares de euros de efeitos da do valor atualizado dos créditos, e anulação de 1.013 milhares de euros de correcção de valores de descontos apurados antes do PER;

O Resultado Corrente Consolidado apurado no semestre mantém-se negativo em 1,2 milhões de euros. Se corrigirmos o efeito do custo das indemnizações por rescisão de contratos laborais, o resultado corrente é 402 milhares de euros negativos. Desta forma, o resultado corrente apurado no segundo trimestre é de (-)131 milhares de euros, quando no primeiro trimestre foi de (-)271 milhares de euros, o que representa uma melhoria significativa do desempenho da empresa.

O Resultado Operacional, substancialmente melhor do que o verificado no período homólogo, passa para 15.476 milhares de euros devido ao registo nas contas dos efeitos do PER.

O Cash Flow Operacional Consolidado (EBITDA) é positivo e de 654 milhares de euros (1,5 milhões de Euros, se subtrairmos o efeito do custo com indemnizações), quase o dobro do registado no período homólogo e ligeiramente acima do ocorrido no 1º trimestre.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS - 2013/2012

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de euros)</i>	2013 30-Jun	2012 30-Jun	Var. 12/13 em €	Var. 12/13 em %
Resultados Correntes	-1.243	-1.553	310	20%
Resultados Operacionais	15.476	-1.553	17.029	1097%
Resultados Financeiros	33.808	-1.226	35.034	2858%
Imposto S/ Rendimento	-16	-25	9	36%
Resultados Líquidos	49.268	-2.804	52.072	1857%

Os Resultados Financeiros registam também um comportamento positivo devido ao perdão de dívida da Banca e ao cálculo do valor de desconto da dívida reestruturada em PER, após o perdão de capital, no total de 34.895 milhares de euros.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 2013/2012

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2013 30-Jun	2012 31-Dez	Var. 12/13 em €	Var. 12/13 em %
Activos não Correntes	22.702	24.792	-2.090	-8%
Activos Correntes	9.251	8.842	409	5%
Activos para Venda	0	0	0	#DIV/0!
TOTAL ACTIVO	31.953	33.634	-1.681	-5%

Capital Próprio	807	-48.460	49.267	-102%
Passivo não Corrente	15.193	14.288	905	6%
Passivo Corrente	15.953	67.806	-51.853	-76%
TOTAL PASSIVO + SIT. LÍQUIDA	31.953	33.634	-1.681	-5%

As principais variações ocorridas no Ativo Líquido verificam-se nos Ativos não Correntes, devido à redução do Imobilizado Líquido, por não se terem realizado investimentos em equipamento básico (em especial equipamentos de produção);

O Capital Próprio Consolidado fixa-se, no final do semestre, em 807 milhares de euros para cuja variação contribuiu essencialmente o Resultado Líquido Consolidado positivo pelo impacto da contabilização dos efeitos do Plano de Revitalização;

O Passivo não Corrente regista um ligeiro acréscimo devido à transferência de valores a pagar à Banca, Fornecedores e Estado, anteriormente classificados em Passivo Corrente;

No Passivo Corrente a variação ocorrida resulta dos efeitos do registo do perdão de dívida no âmbito do PER e também à reclassificação explicada. De salientar que, no semestre, a empresa continuou a cumprir com todas as obrigações correntes a nível da Autoridade Tributária e da Segurança Social;

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais da Grafilis, SA, empresa participada e integrada no perímetro de consolidação, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores:

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

DESCRIÇÃO	2013	2012	Var. 12/13
Activo Total Liq.	8	8	0
Passivo Total	1.463	1.348	115
Capital Próprio	-145	-1.447	1.302
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	0,19	0	0
Vendas Líquidas	0	0	0
<small>(Valores em milhares de Euros)</small>			

A empresa Grafilis, constituída em 1984, tinha por objeto a atividade de pré-impressão, num período em que era fundamental como complemento dos serviços a prestar pela Lisgráfica SA. A evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos no mercado de artes gráficas e em especial na área da pré-impressão, levou ao decréscimo gradual da atividade da empresa, que cessou a sua atividade operacional em 2005. Em face desta situação os proveitos e custos são inexistentes.

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Anexo ao Relatório de Gestão nos termos dos Artigos números 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais:

Nos termos do nº 5 do art.º 447 de Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o exercício findo em 30 de Junho de 2013 quaisquer transações envolvendo ações da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração, nem dos membros do Conselho Fiscal.

Nos termos e para os efeitos do nº 4 do art.º 448 do Código das Sociedades Comerciais eram titulares da empresa, à data de encerramento do exercício:

- Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA 95.196.620
- Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA 73.558.262

Informação nos termos da alínea B) do N.º1 do Artigo 20.º do Código do dos Valores Mobiliários (Imputação dos direitos de voto):

Em 30 de Junho de 2013 a Rasográfica SA detinha 95 196 620 ações da Lisgráfica que representam 51,00% dos direitos de voto e a Gestprint SA detinha 73.558.262 ações que representam 39,41% dos direitos de voto.

Informação Complementar às Demonstrações Financeiras Anexas Reportadas a 30 de Junho de 2013 (valores em Euros):

Ações Próprias

- Quantidade	52.213 acções
- Valor Unitário	€ 0,05
- Valor Nominal	€ 2.610,65

Durante o exercício de 2013 não foram efetuadas operações sobre ações próprias

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 30 de junho de 2013.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

O Conselho de Administração no cumprimento do disposto no Artigo 35.º do CSC irá comunicar à Assembleia Geral de Acionistas o facto de estar perdido mais de metade do Capital Social da empresa.

Queluz de Baixo, 26 Agosto de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Não auditado	31 de dezembro	Não auditado
		30 de junho de 2013	de 2012	30 de junho de 2012
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Activos intangíveis	12	3 086 971	3 535 240	4 058 302
Activos fixos tangíveis	13	13 409 235	14 862 899	16 579 206
Activos por impostos diferidos	11	310 069	411 571	503 654
Clientes e contas a receber	16	2 034 709	2 034 709	3 314 944
Outros activos não correntes	14	3 861 273	3 947 415	4 058 981
Total de activos não correntes		<u>22 702 257</u>	<u>24 791 834</u>	<u>28 515 087</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	15	312 900	353 919	483 753
Clientes e contas a receber	16	6 300 620	6 396 875	7 704 040
Outros activos correntes	17	2 214 892	1 693 702	1 436 759
Imposto sobre o rendimento	28	297 235	273 858	246 929
Caixa e seus equivalentes	18	126 060	123 435	359 067
Total de activos correntes		<u>9 251 707</u>	<u>8 841 789</u>	<u>10 230 548</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>31 953 964</u></u>	<u><u>33 633 623</u></u>	<u><u>38 745 635</u></u>
 CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	19	9 334 831	9 334 831	9 334 831
Reservas	19	13 995 285	13 995 285	15 803 648
Resultados transitados		(71 790 471)	(64 136 598)	(64 136 598)
Resultado consolidado líquido do exercício	28	49 268 127	(7 653 873)	(2 804 195)
Total do capital próprio		<u>807 772</u>	<u>(48 460 355)</u>	<u>(41 802 314)</u>
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	20	4 380 855	1 544 959	1 700 480
Locações financeiras	21	742 799	5 152 380	4 866 152
Outros passivos não correntes	22	2 325 204	3 702 187	4 228 152
Fornecedores e contas a pagar	23	7 424 726	3 465 988	2 263 448
Passivos por impostos diferidos	11	319 487	422 174	517 529
Total de passivos não correntes		<u>15 193 071</u>	<u>14 287 688</u>	<u>13 575 761</u>
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	20	5 240 864	42 203 851	43 483 420
Locações financeiras	21	-	1 085 745	1 225 406
Fornecedores e contas a pagar	23	8 804 679	18 591 007	17 391 385
Outros passivos correntes	24	1 798 704	5 491 737	4 492 966
Imposto sobre o rendimento	25	108 874	433 950	379 011
Total de passivos correntes		<u>15 953 121</u>	<u>67 806 290</u>	<u>66 972 188</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>31 953 964</u></u>	<u><u>33 633 623</u></u>	<u><u>38 745 635</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado			
		30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	Segundo trimestre de 2013	Segundo trimestre 2012
PROVEITOS OPERACIONAIS:					
Vendas	5	10 569 917	11 543 576	5 244 299	5 520 148
Outros proveitos operacionais	6	18 239 138	678 710	17 986 708	390 056
Total de proveitos operacionais		<u>28 809 055</u>	<u>12 222 286</u>	<u>23 231 007</u>	<u>5 910 204</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:					
Custo das mercadorias vendidas	7	(3 135 642)	(3 899 763)	(1 540 348)	(1 828 942)
Fornecimentos e serviços externos	8	(2 948 619)	(3 287 726)	(1 456 248)	(1 648 737)
Custos com o pessoal	9	(4 224 662)	(3 953 615)	(2 478 685)	(1 924 094)
Amortizações	12 e 13	(1 901 933)	(2 333 270)	(926 917)	(1 123 391)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		5 000			
Outros custos operacionais	30	(1 126 779)	(300 680)	(1 086 377)	(231 311)
Total de custos operacionais		<u>(13 332 635)</u>	<u>(13 775 054)</u>	<u>(7 488 575)</u>	<u>(6 756 475)</u>
Resultados operacionais		<u>15 476 420</u>	<u>(1 552 768)</u>	<u>15 742 432</u>	<u>(846 271)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:					
Custos e proveitos financeiros, líquidos	10	33 807 567	(1 226 355)	34 311 699	(580 251)
Resultados antes de impostos		<u>49 283 987</u>	<u>(2 779 123)</u>	<u>50 054 131</u>	<u>(1 426 522)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	31	(15 860)	(25 072)	(8 312)	(12 516)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>49 268 127</u>	<u>(2 804 195)</u>	<u>50 045 819</u>	<u>(1 439 038)</u>
Rendimento integral		<u>49 268 127</u>	<u>(2 804 195)</u>	<u>50 045 819</u>	<u>(1 439 038)</u>
Atribuível a:					
Accionistas da empresa-mãe		<u>49 268 127</u>	<u>(2 804 195)</u>	<u>50 045 819</u>	<u>(1 439 038)</u>
Resultado por ação					
Básico	31	0.2640	(0.0150)	0.2681	(0.0077)
Diluído	31	0.2640	(0.0150)	0.2681	(0.0077)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 30 de junho de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Não auditado</u>					Total do capital próprio
	<u>Capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Resultado consolidado líquido do exercício</u>	
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	9 334 831	349 159	15 454 489	(44 519 413)	(19 617 185)	(38 998 119)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	(19 617 185)	19 617 185	-
Efeitos da alteração do perímetro de consolidação	-	-	(1 808 363)	-	-	(1 808 363)
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012	-	-	-	-	(7 653 873)	(7 653 873)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>9 334 831</u>	<u>349 159</u>	<u>13 646 126</u>	<u>(64 136 598)</u>	<u>(7 653 873)</u>	<u>(48 460 355)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012	-	-	-	(7 653 873)	7 653 873	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 30 de Junho de 2013	-	-	-	-	49 268 127	49 268 127
Saldo em 30 de Junho de 2013	<u>9 334 831</u>	<u>349 159</u>	<u>13 646 126</u>	<u>(71 790 471)</u>	<u>49 268 127</u>	<u>807 772</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 30 de junho de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Não auditado			
		30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	Segundo trimestre 2013	Segundo trimestre 2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		11 110 660	11 104 072	6 027 382	5 363 448
Pagamentos a fornecedores		(6 447 965)	(8 091 726)	(3 628 027)	(4 139 974)
Pagamentos ao pessoal		(3 313 183)	(2 038 469)	(1 817 861)	(977 232)
Fluxos gerados pelas operações		1 349 512	973 877	581 494	246 242
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(22 855)	(29 929)	-	-
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional		(184 384)	(112 867)	(85 309)	(110 085)
Fluxos das actividades operacionais (1)		1 142 273	831 081	496 185	136 157
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		-	-	-	-
Investimentos financeiros		25 000	-	25 000	-
Juros e proveitos similares		-	544	-	544
		25 000	544	25 000	544
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-	-	-	-
Accionistas		-	-	-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		25 000	544	25 000	544
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	68 000	-	(147)
		-	68 000	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(75 328)	(371 996)	(30 609)	(270 876)
Amortizações de contratos de locação financeira		(371 297)	(348 245)	(103 777)	(136 896)
Juros e custos similares		(699 211)	(647 801)	(333 204)	(192 268)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1 145 836)	(1 368 042)	(467 590)	(600 040)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		21 437	(468 417)	53 595	(463 339)
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	104 623	110 431	78 273	110 500
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	126 060	(357 986)	131 868	(352 839)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de junho de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas indicadas na Nota 4. A principal atividade do Grupo engloba a impressão de jornais, revistas e listas telefónicas.

De recordar que a atividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 2 de maio de 2008, resulta da fusão com a sociedade Heska Portuguesa, S.A., sendo a Lisgráfica a entidade integrante, pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 deve ter em consideração este facto.

Os principais acionistas são a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 39,40% do capital social.

No quadro das dificuldades financeiras da Lisgráfica, a empresa requereu, em finais de 2012, a adesão a um Plano Especial de Revitalização, que foi aceite pelo 1º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa.

O objetivo do Plano é o de garantir condições para a sustentabilidade da empresa através da redução do seu Passivo, por acordo com os credores, incluindo Estado, e a implementação de um conjunto de medidas de reestruturação, nomeadamente, ajustamento da capacidade produtiva à menor procura, redução de custos com rendas e redução do número de trabalhadores.

Em 09 de Maio de 2013 o Tribunal do Comércio de Lisboa proferiu o despacho de homologação do Plano de Revitalização, o qual tinha sido aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. A aprovação do PER implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras da empresa quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira e os respetivos impactos estão detalhados no anexo às contas do período.

Para efeitos do fecho destas contas, a empresa reconheceu o efeito da aplicação das medidas aprovadas, com referência à data da homologação do plano, sendo que a certidão de trânsito em julgado deverá ocorrer em data próxima. Em termos resumidos, o impacto nos resultados, considerando os valores de créditos constantes na Lista de Créditos Provisória e com efeitos de implementação a 01 de junho de 2013, é de 52.664.028 euros repartido por:

- . Perdão de Dívida: € 33.629.492 euros
- . Efeitos do desconto de atualização dos cash flows: 19.034.536 euros

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 27 de agosto de 2013 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

(Montantes expressos em Euros)

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia a 31 de dezembro de 2012, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adotou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2012.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela mensuração dos ativos financeiros disponíveis para venda, quando o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

2.2 Novas normas e interpretações, revisões e emendas adotadas pela União Europeia

A Empresa adotou em 2012 as alterações à norma IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em Outubro de 2010, e adotada pela União Europeia através do Regulamento n.º 1205/2011. As alterações pretendem clarificar os requisitos de divulgação na transferência de ativos financeiros e é de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011, não tendo qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Empresa.

(Montantes expressos em Euros)

Novas normas, alterações e interpretações emitidas mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados a 1 de janeiro de 2013 e não adotadas antecipadamente, conforme tabela abaixo:

Regulamento	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 475/2012	IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras (Alterações)	Junho 2011	1 Julho 2012
Regulamento n.º 475/2012	IAS 19 Benefícios de Empregados (Revista)	Junho 2011	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1254/2012	IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas (Nova)	Maió 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1254/2012	IFRS 11 Acordos Conjuntos (Nova)	Maió 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1254/2012	IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades (Nova)	Maió 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1254/2012	IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais (Revista)	Maió 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1254/2012	IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (Revista)	Maió 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1255/2012	IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro: Hiperinflação e Remoção de datas fixas para adoção pela primeira vez (Alterações)	Dezembro 2010	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1255/2012	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Imposto diferido – Recuperação dos ativos subjacentes (Alterações)	Dezembro 2010	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1255/2012	IFRS 13 Mensuração do Justo Valor (Nova)	Maió 2011	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1255/2012	IFRIC 20 Custos de Decapagem na fase de produção de uma mina de superfície (Nova)	Outubro 2011	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1256/2012	IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Alterações)	Dezembro 2011	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1256/2012	IAS 32 Instrumentos Financeiros – Apresentação: Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Alterações)	Dezembro 2011	1 Janeiro 2014

Estas novas normas terão de ser aplicadas o mais tardar, desde o início do primeiro exercício que comece em ou após 1 de janeiro de 2014. Em geral, se uma entidade decidir antecipar a sua adoção, terá de antecipar a aplicação das cinco normas em simultâneo.

Estas novas normas e alterações às normas e interpretações são efetivas para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. De nenhuma delas se espera que venha a ter um

(Montantes expressos em Euros)

impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, exceto quanto às alterações à IAS 1 e entrada em vigor da IFRS 12.

A Empresa adotou as normas e as alterações referidas no período contabilístico que se iniciou em 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, o IASB emitiu em 2009 e 2012 as seguintes normas que se encontram ainda em processo de aprovação pela União Europeia:

- i) Em novembro de 2009, o IASB emitiu a nova norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração. Esta norma substitui parcialmente a IAS 39 e é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015;
- ii) Em março de 2012, o IASB emitiu alterações à norma IFRS 1 - Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. As alterações dizem respeito à forma de classificação de empréstimos recebidos dos Governos, e a sua aplicação torna-se efetiva para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013;
- iii) Em maio de 2012, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Estas alterações tornam-se efetivas para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013;
- iv) Em junho de 2012, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, no que diz respeito a orientações de transição para as novas normas. Estas alterações tornam-se efetivas para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013;
- v) Em outubro de 2012, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, no que diz respeito a Entidades Investidoras. Estas alterações introduzem uma exceção ao princípio segundo o qual todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A sua aplicação é obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014.

A aplicação desta nova norma e alterações não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

(Montantes expressos em Euros)

Os ativos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.4 Ativos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre o valor agregado: (i) do custo de aquisição, da quantia de qualquer interesse não controlado na adquirida e o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.”

No caso de ser apurada uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

(b) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Software*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado ativo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

(Montantes expressos em Euros)

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

2.6 Imparidade de ativos

O Grupo efetua avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash-flows independentes para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras,

(Montantes expressos em Euros)

deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O Goodwill e os Ativos Intangíveis sem vida útil definida são testados para imparidade anualmente.

2.7 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.8 Existências

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

2.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação

(Montantes expressos em Euros)

diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos deixam de ser reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

2.9.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efetiva da data da transação, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.9.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos".

2.9.3 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.9.4 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.9.5 Operações de factoring e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de factoring e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com

(Montantes expressos em Euros)

o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 21). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.10 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

(Montantes expressos em Euros)

2.12 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos decorrentes prestações de serviço de impressão são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço, e são apresentados na demonstração consolidada do rendimento integral sob a designação de Vendas.

2.13 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.14 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expetável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.15 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, jornais e listas telefónicas, na medida em que o reporte interno de informação à gestão é efetuado nesse pressuposto.

2.16 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

(Montantes expressos em Euros)

2.17 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo nº. total de ações deduzido do nº. de ações próprias.

2.18 Capitalização de juros

O Grupo Lisgráfica não efetua a capitalização de juros.

2.19 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o subsídio são cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza, sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos / reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral Consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.21 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou

(Montantes expressos em Euros)

correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Imparidade de clientes e outras contas a receber

A Empresa mantém uma provisão para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade das provisões para as referidas perdas por imparidade, o Conselho de Administração baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de recebimentos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, as provisões para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

(Montantes expressos em Euros)

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem efetiva em	
		30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Lisgráfica	Barcarena	Mãe	Mãe
Grafilis - Representação e Artes Gráficas, S.A. (Grafilis")	Barcarena	100	100

5. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	2º. Trimestre de 2013	2º. Trimestre de 2012
Revistas	6.714.150	7.054.734	3.482.000	3.007.384
Jornais e suplementos	1.812.557	2.008.266	955.932	952.766
Catálogos e folhetos	1.471.125	1.719.250	520.972	1.053.100
Listas	287.000	297.750	151.000	196.750
Outros	285.085	463.576	134.395	310.148
	<u>10.569.917</u>	<u>11.543.576</u>	<u>5.244.299</u>	<u>5.520.148</u>

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	2º. Trimestre de 2013	2º. Trimestre de 2012
Aluguer de instalações (a)	317.809	309.413	161.008	154.706
Imputações de custos (b)	177.839	200.825	85.368	106.135
Ganhos em imobilizações corpóreas	-	17.200	-	16.000
Variação da produção	-	32.401	-	-
Perdão de dívida (c)	6.997.440	-	6.997.440	-
Atualização do justo valor (d)	10.734.989	90.345	9.211.287	90.345
Outros proveitos operacionais	11.061	28.526	7.903	22.870
	<u>18.239.138</u>	<u>678.710</u>	<u>16.463.006</u>	<u>390.056</u>

- (a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.
- (b) Esta rubrica reflete os custos imputados e faturados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.
- (c) Este montante correspondente ao perdão de dívida derivado da homologação do PER, repartido pelas seguintes naturezas de créditos:

Leasing	3.686.199
Fornecedores de serviços de arrendamento de instalações (rendas)	1.600.407
Fornecedores de bens e serviços	1.710.834
	<u>6.997.440</u>

- (d) Este montante corresponde ao efeito do desconto do valor a pagar no âmbito do PER, relativo a:

Pessoal	154.788
Estado	4.466.744
Fornecedores de serviços de arrendamento de instalações (rendas)	2.995.476
Rappel a clientes	76.220
Fornecedores de bens e serviços	1.873.436
Outros credores	1.168.325
	<u>10.734.989</u>

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 de Junho de 2013	30 de Junho de 2012	2º. Trimestre de 2013	2º. Trimestre de 2012
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	3.108.702	3.837.205	1.526.759	1.818.832
Mercadorias vendidas	26.940	52.448	13.589	10.110
	<u>3.135.642</u>	<u>3.889.653</u>	<u>1.540.348</u>	<u>1.828.942</u>

(Montantes expressos em Euros)

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica teve a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>2º. Trimestre de 2013</u>	<u>2º. Trimestre de 2012</u>
Subcontratos	191.635	224.927	92.227	103.508
Electricidade	856.711	883.023	403.024	440.951
Combustíveis e outros fluídos	266.884	277.510	137.734	135.982
Rendas e alugueres (a)	843.801	1.161.182	421.808	564.828
Transportes de mercadorias	128.258	117.069	69.978	66.821
Conservação e reparação	220.515	183.403	122.319	85.478
Trabalhos especializados	131.148	131.685	46.847	102.938
Outros	309.667	308.927	162.311	148.231
	<u>2.948.619</u>	<u>3.287.726</u>	<u>1.456.248</u>	<u>1.648.737</u>

(a) Em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica inclui o montante de 241.860 Euros e 301.776 Euros, decorrente de transações com entidades relacionadas (Nota 26).

Loações operacionais

Em 29 de Abril de 2013 foi assinado um acordo com o Gespatrimónio Rendimento, Fundo de Investimento Imobiliário, representado por ESAF SA, no âmbito do PER e que consubstancia as condições referidas no Plano de Revitalização, bem assim como define o modo de pagamento das rendas devidas entre janeiro e maio de 2013.

Em 30 de junho de 2013 e 2012, as locações operacionais existentes respeitam, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de julho de 2004 com Gespatrimónio Rendimento, Fundo de Investimento Imobiliário, representado ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Conforme previsto no contrato inicial, em 30 de novembro de 2010, foi assinada uma adenda em que é reduzida a área locada e consequentemente as responsabilidades assumidas (Nota 23) No acordo de 29 de abril de 2013 é de novo reduzida a área locada e o valor da renda mensal. Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos aqueles contratos de locação operacional, são conforme segue:

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>600.000</u>	<u>854.432</u>

9. CUSTOS COM O PESSOAL

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>2º. Trimestre de 2013</u>	<u>2º. Trimestre de 2012</u>
Salários e remunerações	2.536.684	2.796.219	1.231.505	1.491.546
Encargos sobre remunerações	588.229	658.719	278.849	325.826
Outros custos com o pessoal (a)	1.099.749	498.677	968.331	106.722
	<u>4.224.662</u>	<u>3.953.615</u>	<u>2.478.685</u>	<u>1.924.094</u>

(Montantes expressos em Euros)

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, o número de pessoas ao serviço do Grupo foi de 262 e 288, respetivamente.

(a) Os outros custos incorridos com pessoal no decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012 incluem as indemnizações suportadas com rescisões de contratos de trabalho, no montante de 841.400 euros, resultado, essencialmente, do plano de reestruturação previsto no PER, que se encontra em curso.

10. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, têm a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>2º. Trimestre 2013</u>	<u>2º. Trimestre de 2012</u>
<u>Custos financeiros:</u>				
Juros suportados	977.911	1.091.421	514.926	534.288
Atualização do valor de desconto (c)	72.398	-	72.398	-
Outros custos financeiros	<u>90.740</u>	<u>135.746</u>	<u>48.927</u>	<u>46.163</u>
	<u>1.141.049</u>	<u>1.227.167</u>	<u>636.251</u>	<u>580.451</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>				
Juros obtidos	88	398	22	200
Perdão de dívida (a)	26.632.054	-	26.632.054	-
Atualização do valor de desconto (b)	8.299.547	-	8.299.547	-
Outros proveitos financeiros	<u>16.927</u>	<u>414</u>	<u>16.327</u>	<u>-</u>
	<u>34.948.616</u>	<u>812</u>	<u>34.947.950</u>	<u>200</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>33.807.567</u>	<u>(1.226.355)</u>	<u>34.311.699</u>	<u>(580.251)</u>

- (a) O Valor indicado refere-se ao perdão de dívida de 65% dos créditos detidos pela Banca relativos a contratos de financiamento celebrados ao longo dos últimos anos, com base nos valores da Lista de Créditos do PER;
- (b) Valor relativo ao efeito do desconto das dívidas à Banca e leasing com base no VAL calculado a partir do plano de reembolso previsto no PER, a 1 de Junho de 2013;
- (c) Valor relativo à atualização do valor de desconto da dívida à Banca e leasing à data de 30 de Junho de 2013.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no semestre findo em 30 de junho de 2013, foi como segue:

	<u>Ativos por impostos diferidos</u>	<u>Passivos por impostos diferidos</u>
	<u>Prejuízos fiscais reportáveis</u>	<u>Direitos contratuais</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	411.571	422.174
Redução	<u>101.502</u>	<u>102.687</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>310.069</u>	<u>319.487</u>

(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de junho de 2013, os passivos por impostos diferidos, no montante de 319.487 Euros, estão relacionados com o justo valor dos direitos contratuais de clientes, tendo o Grupo optado por registar ativos por impostos diferidos, com exceção dos relacionados com os subsídios do Governo, uma vez que são registados em capital próprio. A expectativa do Grupo, relativamente ao excedente daquele valor relativo aos prejuízos fiscais reportáveis, não é realizável ou exigível no período de reversão das respetivas diferenças temporais.

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 30 de junho de 2013.

13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos tangíveis resultam do efeito das depreciações do período findo em 30 de junho de 2013.

14. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor Líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA("Rasográfica") ("Rasográfica") (Nota 28)	2.195.733	-	2.195.733	2.281.875
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 28)	3.364.627	(3.364.627)	-	-
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, SA ("Gespatrimónio") (a)	1.580.223	-	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo (b)	85.317	-	85.317	85.317
	<u>7.225.900</u>	<u>(3.364.627)</u>	<u>3.861.273</u>	<u>3.947.415</u>

(a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.

(b) Em 30 de junho de 2013, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 27).

(Montantes expressos em Euros)

15. EXISTÊNCIAS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	263.271	(6.763)	256.508	304.290	(6.763)	297.527
Produtos e trabalhos em curso	56.392	-	56.392	56.392	-	56.392
	<u>319.663</u>	<u>(6.763)</u>	<u>312.900</u>	<u>360.682</u>	<u>(6.763)</u>	<u>353.919</u>

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

16. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2013				31 de dezembro de 2012			
	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de imparidade	Valor líquido
Não correntes:								
Clientes	<u>5.403.263</u>	<u>(372.166)</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.034.709</u>	<u>5.403.263</u>	<u>(372.166)</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.034.709</u>
Correntes:								
Clientes	<u>15.549.815</u>		<u>(9.249.195)</u>	<u>6.300.620</u>	<u>15.651.070</u>	-	<u>(9.254.195)</u>	<u>6.396.875</u>
Total	<u>20.953.078</u>	<u>(372.166)</u>	<u>(12.245.583)</u>	<u>8.335.329</u>	<u>5.403.263</u>	<u>(372.166)</u>	<u>(12.250.583)</u>	<u>8.431.584</u>

Em abril de 2011, foi intentada uma ação declarativa de condenação contra empresas do Grupo Impala, decorrente do incumprimento destas no pagamento da dívida.

17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Devedores diversos	650.892	611.883
Rasográfica	827.223	380.022
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Seguros	-	11.442
Imposto sobre o valor acrescentado	625.771	610.131
Outros diferimentos	30.085	11.964
Adiantamentos a fornecedores	36.447	36.175
Adiantamentos ao pessoal	44.474	32.085
	<u>2.214.892</u>	<u>1.693.702</u>

(Montantes expressos em Euros)

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Numerário	3.700	1.483
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>122.360</u>	<u>121.952</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>126.060</u>	<u>123.435</u>
Descobertos bancários (Nota 20)	<u>(58.926)</u>	<u>(18.811)</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>67.134</u>	<u>104.624</u>

19. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2012	Aplicação resultado 2012	Alteração do perímetro de consolidação (a)	Resultado líquido do exercício	Saldo em 30 de junho de 2013
Capital	9.334.831	-	-	-	9.334.831
Ações próprias	(474.121)	-	-	-	(474.121)
Reserva legal	1.357.744	-	-	-	1.357.744
Outras reservas	7.923.900	-	-	-	7.923.900
Resultados transitados	(64.136.598)	(7.653.873)	-	-	(71.790.471)
Excedentes de valorização de ativos	34.955	-	-	-	34.955
Outras variações no capital próprio	5.152.807	-	-	-	5.152.807
Resultado consolidado líquido do período	<u>(7.653.873)</u>	<u>7.653.873</u>	-	<u>49.268.127</u>	<u>49.268.127</u>
	<u>(48.460.355)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>807.772</u>

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 Euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	Nº. de ações	Percentagem
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gestprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferior a 10% do capital	<u>17.941.538</u>	<u>9,61%</u>
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha 52.213 ações próprias, que correspondem a 0,03% do total do capital, com um valor de 474.121 Euros.

(Montantes expressos em Euros)

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

20. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2013				31 de dezembro de 2012	
	Valor nominal	Valor de desconto	Valor líquido	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	10.568.141	(6.548.375)	4.019.766	-	1.544.959	35.686.939
Outros Empréstimos (Iapmei)	606.198	(245.109)	361.089	-	-	606.198
Factoring (b)	-	-	-	3.653.764	-	4.277.933
Letras descontadas (c)	-	-	-	1.182.271	-	1.385.919
Descobertos bancários (a)	-	-	-	58.926	-	18.811
Cheques pré-datados (d)	-	-	-	345.903	-	228.051
	<u>11.174.339</u>	<u>(6.793.484)</u>	<u>4.380.855</u>	<u>5.240.864</u>	<u>1.544.959</u>	<u>42.203.851</u>

O Conselho de Administração considera que o valor de balanço dos empréstimos reflete o seu justo valor.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os empréstimos bancários vencem conforme segue:

	30 de junho de 2013
Até 1 ano	-
A mais de 1 e menos de 2 anos	-
A mais de 2 e menos de 5 anos	2.845.396
A mais de 5 anos	8.328.943
	<u>11.174.339</u>

	31 de dezembro de 2012
Até 1 ano	35.686.939
A mais de 1 e menos de 2 anos	285.965
A mais de 2 e menos de 5 anos	587.642
A mais de 5 anos	671.352
	<u>37.231.898</u>

(a) Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os descobertos bancários foram facilidades concedidas, essencialmente, pelo BES e Banif, respetivamente,

(Montantes expressos em Euros)

destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 18).

- (b) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (c) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (d) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 345.903 euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP. Em 30 de junho de 2013, a Empresa tinha contratada uma linha de desconto de cheques com um *plafond* de 600.00 Euros, que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

21. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2013				31 de dezembro de 2012	
	Valor nominal	Valor desconto	Valor líquido	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	<u>2.176.475</u>	<u>(1.433.676)</u>	<u>742.799</u>	-	<u>5.152.380</u>	<u>1.085.745</u>

Em 30 de junho de 2013, a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante nominal de 6.498.835 euros, deduzidos de adiantamentos pagos por conta no montante de 4.322.380 Euros o que perfaz um valor líquido nominal de 2.176.435 euros. Este montante vence-se como segue:

Até 1 ano	-
Entre 1 e 2 anos	-
Entre 2 e 5 anos	828.651
Mais de 5 anos	<u>1.347.824</u>
	<u>2.176.475</u>

A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão "Rotativa 10", pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 26), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 7,108% e tendo sido definida a opção de compra pelo valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu em exercícios anteriores a pagamentos à Gestprint, correspondentes a caução e reforço da caução, no montante de 4.322.380 Euros.

(Montantes expressos em Euros)

22. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição e respetivo plano de pagamentos:

	30 de junho			31 de dezembro de 2012
	valor nomiinal	Valor desconto	Valor líquido	
Contrato de impressão (a)	2.022.700	(1.118.505)	904.195	2.036.117
Divídas integradas em planos de pagamento	<u>5.825.449</u>	<u>(4.404.440)</u>	<u>1.421.009</u>	<u>1.666.070</u>
	<u>7.848.149</u>	<u>(5.522.945)</u>	<u>2.325.204</u>	<u>3.702.187</u>

(a) Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, este montante corresponde ao justo valor dos direitos contratuais de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 euros até Outubro de 2022 (Nota 12), vencendo juros à taxa de 6,25%.

23. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 30 de junho de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivos não correntes			Passivos correntes		
	Valor nominal	Valor desconto	Valor líquido	Valor nominal	Valor desconto	Valor líquido
Fornecedores, conta corrente (a)	9.439.156	(4.827.266)	4.611.890	4.169.973	-	4.169.973
Fornecedores, títulos a pagar	-	-	-	160.536	-	160.536
Fornecedores de imobilizado	-	-	-	4.357	-	4.357
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	-	-	-	584.366	-	584.366
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	-	-	205.492	-	205.492
Outros credores (Gestigráfica)	1.716.966	-	1.716.966	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos:						
Rappel a liquidar	331.330	(56.033)	275.297	157.114	(14.295)	142.819
Remunerações a liquidar	934.363	(113.790)	820.573	1.513.044	(29.030)	1.484.014
Juros a liquidar (b)	-	-	-	1.367.167	-	1.367.167
Fornecimentos e serviços externos	-	-	-	325.674	-	325.674
Credores diversos	-	-	-	360.281	-	360.281
	<u>12.421.815</u>	<u>(4.997.089)</u>	<u>7.424.726</u>	<u>8.848.004</u>	<u>(43.325)</u>	<u>8.804.679</u>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2012	
	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente	12.979.566	1.749.022
Fornecedores, títulos a pagar	163.282	-
Fornecedores de imobilizado	4.357	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	667.058	-
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	205.492	-
Outros credores (Gestigráfica)	-	1.716.966
Credores por acréscimos de gastos:		
Rappel a liquidar	459.436	-
Remunerações a liquidar	2.367.445	-
Juros a liquidar	1.216.757	-
Fornecimentos e serviços externos	456.584	-
Outros custos e perdas	71.027	-
	<u>18.591.004</u>	<u>3.465.988</u>

(a) A Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão "rotativa 10", com um plano de pagamento de 8 anos, incluindo um valor estimado para opção de compra pelo valor de 2.400.000 euros. Até 30 de junho de 2013, a Empresa tinha procedido a pagamentos correspondentes à caução e reforços de caução no montante de 4.322.380 euros.

(b) Em 30 junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui os montantes de 635.584 euros e 435.418 euros, respetivamente, a pagar a entidades relacionadas (Nota 26).

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012
	valor nominal	valor desconto	valor líquido	valor líquido
Sector público estatal (b)	554.847	(20.365)	534.482	4.596.389
Credores diversos:				
Indemnizações a liquidar	981.390	-	981.390	252.000
Contrato de impressão (Nota 22)	248.682	(33.293)	215.389	220.582
Outros	31.903	-	31.903	119.544
Proveitos diferidos (a)	35.540	-	35.540	303.222
	<u>1.852.362</u>	<u>(53.658)</u>	<u>1.798.704</u>	<u>5.491.737</u>

(a) Em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica de proveitos diferidos tinha a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Faturação antecipada	-	263.210
Subsidio ao investimento	35.540	40.012
	<u>35.540</u>	<u>303.222</u>

(b) Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica, em montantes nominais, tinha a seguinte composição:

	31 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012
	Valor nominal	Valor desconto	Valor líquido	
Contribuições para a segurança social	268.910	-	268.910	2.338.839
Retenção de impostos sobre o rendimento	106.248	-	106.248	943.021
Imposto sobre o valor acrescentado	44.816	-	44.816	-
Dívidas integradas em planos de pagamentos	129.333	(20.365)	108.968	1.308.375
Outros	5.540	-	5.540	6.154
	<u>554.847</u>	<u>(20.365)</u>	<u>534.482</u>	<u>4.596.389</u>

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Activo corrente	Passivo corrente	Activo corrente	Passivo corrente
Retenções na fonte	22	-	-	-
Pagamento especial por conta	297.213	-	273.858	-
Imposto sobre o rendimento estimado	-	17.045	-	91.829
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	91.829	-	342.121
	<u>297.235</u>	<u>108.874</u>	<u>273.858</u>	<u>433.950</u>

(Montantes expressos em Euros)

26. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos e as transações efetuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são os seguintes:

	30 de junho de 2013						
	Saldos				Transações		
	Outros activos não correntes (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 17)	Credores por locação financeira (Nota 22)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos (Notas 8 e 32)	Custos com o pessoal (Nota 9)	Custos e perdas financeiros (Nota 10)
Acionistas							
Rasográfica (a)	2.195.733	584.663	-	-	241.860	-	-
Gestprint (b)	-	-	2.094.465	635.584	-	-	200.166
Outras partes relacionadas							
Conselho de Administração	-	-	-	351.628	-	180.690	-
	<u>2.195.733</u>	<u>584.663</u>	<u>2.094.465</u>	<u>987.212</u>	<u>241.860</u>	<u>180.690</u>	<u>200.166</u>
	31 de dezembro de 2012						
Acionistas							
Rasográfica	2.281.875	380.022	-	-	535.776	-	-
Gestprint	-	-	2.094.465	435.418	600.477	-	435.418
Outras partes relacionadas							
Conselho de Administração	-	-	-	351.876	-	657.082	-
	<u>2.281.875</u>	<u>380.022</u>	<u>2.094.465</u>	<u>787.294</u>	<u>1.136.253</u>	<u>657.082</u>	<u>435.418</u>

(a) (i) O montante de 2.195.733 Euros é constituído por:

- 1.260.000 Euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, pelo que foi registado a médio têm prazo de vencimento a ocorrer no curto prazo, sendo que o montante remanescente foi registado a médio e longo prazo;
- 935.733 Euros, titulado por 2 letras descontadas numa instituição financeira, registado a médio e longo prazo.

(ii) O montante de 241.860 euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo término ocorrerá em Setembro de 2017 (Nota 8).

(b) A Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão "rotativa 10", com um plano de pagamento de 8 anos, incluindo um valor estimado para opção de compra pelo valor de 2.400.000 euros. Até 30 de junho de 2013, a Empresa tinha procedido a pagamentos correspondentes à caução e reforços de caução no montante de 4.322.380 euros.

(Montantes expressos em Euros)

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal-chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em ações aos membros do Conselho de Administração.

27. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 3.045.315 e 4.115.212 Euros, respetivamente, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

		30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
	<u>Banco</u>		
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2.540.548	2.540.548
Direcção Geral de Impostos	CGD	-	1.207.971
Iberdrola Generación, SAU (c)	BCP	160.000	-
IAPMEI (b)	Banif	341.267	341.267
Petrolgal - Petróleos de Portugal, S.A. (c)	BES	3.500	8.500
Câmara Municipal do Porto	BES	-	9.606
Câmara Municipal de Almada	BES	-	7.320
		<u>3.045.315</u>	<u>4.115.212</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do PER.

(b) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 20).

(c) Garantia prestada no âmbito de acordos comerciais - Fornecedores

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, existem garantias sobre bens e direitos constituídos como penhor para os seguintes efeitos e até aos seguintes limites:

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos bancários	20.240.000	20.240.000
Locações financeiras	1.348.756	1.348.756
Fornecedores	275.809	275.809
Estado e outros entes públicos	1.373.081	675.605
	<u>23.237.646</u>	<u>22.540.170</u>

28. RESULTADOS POR AÇÃO

O cálculo do resultado líquido por ação – básico e diluído - corresponde à divisão do rendimento integral consolidado líquido negativo atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias no período.

(Montantes expressos em Euros)

Na medida em que não existem títulos diluidores das ações da Empresa, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O rendimento integral consolidado líquido básico e diluído por ação em 30 de junho de 2013 foi positivo em 0,2640 euros, enquanto em 30 de junho de 2012 foi negativo em 0,0150 euros.

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>
Resultado		
Resultado atribuível a acionistas majoritários para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>49.268.127</u>	<u>(2.804.195)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de ações próprias	(52.213)	(52.213)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído (a)	<u>186.644.407</u>	<u>186.644.407</u>
Resultado por ação:		
Básico	0,2640	(0,0150)
Diluído	0,2640	(0,0150)

(a) Este montante corresponde ao número total de ações da Lisgráfica, deduzido de 52.213 ações próprias.

29. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de 180.690 e 174.825 euros, respetivamente, sendo que a diferença resulta da redução da remuneração dos membros do Conselho de Administração entre Outubro de 2011 e Setembro de 2012.

30. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros Custos Operacionais" em 30 de junho de 2013 e 2012, tem a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>2º. Trimestre de 2013</u>	<u>2º. Trimestre de 2012</u>
Impostos (a)	89.744	88.902	54.163	41.434
Descontos de pronto pagamento concedidos	9.260	7.535	5.303	3.307
Atualização do justo valor (b)	1.012.654	94.840	1.012.654	94.840
Correções relativas a exercícios anteriores	-	74.224	-	74.224
Outros	15.121	35.179	14.257	17.506
	<u>1.126.779</u>	<u>300.680</u>	<u>1.086.377</u>	<u>231.311</u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos, essencialmente, a imposto do Selo sobre transações bancárias, nomeadamente, emissão de letras, garantias e empréstimos.

(b) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos à anulação de valores de descontos apurados antes do PER

(Montantes expressos em Euros)

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento dos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, tem a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>2º. Trimestre de 2013</u>	<u>2º. Trimestre de 2012</u>
Imposto corrente	17.045	25.072	8.905	12.516
Imposto diferido (Nota 11)	<u>(1.185)</u>	<u>-</u>	<u>(593)</u>	<u>-</u>
	<u><u>15.860</u></u>	<u><u>25.072</u></u>	<u><u>8.312</u></u>	<u><u>12.516</u></u>

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa agregada de imposto, no máximo de 26,5% (uma taxa de 25% sobre o lucro tributável, acrescida da derrama à taxa de 1,5% sobre a matéria coletável).

Nos termos do artº. 88º. do CIRC a Empresa e a sua participada encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro